

O Princípio da Igualdade e a Escola

Fábio Konder Comparato



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

O Princípio da Igualdade e a Escola

Fábio Konder Comparato

Nosso tema é o princípio da igualdade. De início, quero ressaltar uma diferença fundamental que pode nos guiar para o resto da vida: a distinção entre diferenças sociais e desigualdades sociais. Nós todos sabemos que cada indivíduo é um ser único, e a Genética veio nos confirmar esta hipótese: o código genético é, por assim dizer, uma impressão única que dá o modelo de cada um de nós. Mas o que nos interessa hoje é discutir um pouco sobre as diferenças sociais e as desigualdades sociais.

Quando se fala em diferenças sociais, estamos nos referindo àquelas diferenças que têm uma base natural ou, então, são produto de uma construção cultural. Tem uma base natural a diferença entre os sexos; isto provoca, inelutavelmente, uma diferença de comportamento social, uma diferença de posição social. Por outro lado, existem diferenças fundadas, digamos assim, num condensado cultural: costumes, mentalidades. Todos aqueles que seguem uma mesma religião, que têm uma mesma visão do mundo e uma mesma tradição tribal ou grupal, distinguem-se dos demais; são diferenças nítidas.

Mas, ao lado disto, existem também, em toda sociedade, desigualdades, e estas dizem respeito não a diferenças naturais ou culturais, mas a um juízo de superioridade e inferioridade entre grupos sociais, entre camadas sociais, entre classes sociais. E este juízo de superioridade ou inferioridade acarreta, necessariamente, uma apreciação de estima ou desestima de um grupo em relação ao outro - de onde os preconceitos - e de valor social. Ou, então, fundamenta posições jurídicas nítidas: tal grupo tem tais direitos próprios, que são conhecidos, na técnica tradicional do Direito, como privilégios; outro não tem direitos, é um subgrupo, não pode se igualar aos demais.

Na longa evolução histórica, a tendência é ir eliminando, aos poucos, as desigualdades sociais. Mas fazer a distinção entre aquilo que é, necessariamente, o reconhecimento de uma diferença natural ou cultural e, portanto, preservar essas diferenças e, por outro lado, eliminar as desigualdades sociais, é muito difícil. Pode-se dizer, como princípio, que todos os seres humanos têm direito ao reconhecimento e à preservação de suas diferenças naturais e culturais, mas não podem ser tratados socialmente como divididos em seres inferiores e superiores. Por que isso? Porque, depois de uma evolução multissecular, descobriu-se, e isto é muito recente - muito mais recente do que se pode imaginar -, que as diferenças naturais e culturais entre os seres humanos são fontes de mais

vida e de maior enriquecimento humano. E, portanto, elas não podem ser cortadas, suprimidas, afogadas; elas têm que ser, de certo modo, se não estimuladas, pelo menos deixadas à sua livre evolução. Os ecologistas confirmam este fato em relação às espécies vivas: todos os nichos mais fortes de vida são aqueles em que há uma variedade de espécies convivendo. Todas as vezes em que se elimina, por força de industrialização ou de exploração agrícola dita racional, certas áreas florestais, ou então quando se estabelecem culturas homogeneizadas, há sempre um enfraquecimento da força vital de cada espécie considerada.

Mas, justamente porque as diferenças naturais e culturais entre os seres humanos são fontes de mais vida e maior enriquecimento humano, é preciso lutar contra as desigualdades sociais, porque elas são fatores de enfraquecimento e, no limite, de autodestruição da sociedade.

A desigualdade social não é criada pela natureza, ela é criada pelo homem, numa relação constante de força, de dominação e de exploração. E a luta contra esses fenômenos patológicos, no campo social, é ininterrupta e praticamente indefinida: quando se acaba de eliminar um foco de exploração social, surge outro, de modo que a perspectiva de luta contra a desigualdade social é contínua.

Se assim é, seria interessante nós lançarmos os olhos para a sociedade brasileira e verificar a tradição brasileira e quais são os principais problemas que nós temos que enfrentar, sobretudo os atuais e futuros educadores, em relação a essa questão da preservação das diferenças sociais e do combate contínuo da desigualdade social. Pretendo desenvolver isso, não propriamente como afirmação definitiva, mas como proposta de discussão, em duas partes de tamanho muito desigual: a primeira parte é mais uma análise, uma espécie de diagnóstico; a segunda parte é mais a terapêutica. E por que eu falo em *diagnóstico* e *terapêutica*? Porque, realmente, a sociedade brasileira, sob esse aspecto, é uma sociedade doente, é uma sociedade mórbida.

A desigualdade é a marca registrada da sociedade brasileira, desde os seus primórdios. Eu diria que a nossa desigualdade, que é aquela que nós herdamos de todas as gerações que nos precederam - aquela que nós cultivamos, acrescentamos e legamos aos nossos sucessores - é muito mais de costumes e de mentalidade social do que de ordem jurídica. Claro que existem ainda desigualdades de ordem jurídica. Uma delas, muito curiosa, é o fato - não sei se vocês sabem - de que os diplomados de cursos oficiais de ensino superior e os ministros de qualquer religião têm direito a prisão especial, de modo que, se o nosso diploma, na sociedade globalizada e neoliberalizada, passa a valer cada vez

menos, pelo menos esse valor ele apresenta. Todos aqueles que ostentam um diploma regular, registrado no Ministério da Educação podem exigir prisão especial. Nunca se sabe... Há sempre a perspectiva de nós voltarmos às catacumbas.

Mas, de qualquer maneira, a desigualdade oficial, a desigualdade jurídica, marcada nas leis, reconhecemos, é uma exceção no Brasil. Eu diria, como provocação, que é uma exceção fruto da hipocrisia, muito mais do que da sinceridade, mas sobre isso há muito o que discutir. Há um certo aspecto na mentalidade brasileira que é a chamada cordialidade ou afetividade, melhor dizendo, que se opõe ao confronto e se opõe, sobretudo, às posições muito rigidamente marcadas e talvez - é uma suposição, uma hipótese, que ainda não foi estudada por nenhum sociólogo do Direito - é por isso que nós não gostamos das desigualdades marcadas na legislação: nós preferimos cultivar a desigualdade naquele ambiente de claro-escuro em que as coisas não aparecem com toda a sua nitidez.

De qualquer forma, se a desigualdade é muito forte na tradição, na mentalidade, nos costumes, e se ela é superficial na legislação, poder-se-ia afirmar: “Mas isto é um choque; isto dará sempre um conflito entre a ordem jurídica e a ordem social ou cultural”. Pois bem, este choque não existe, porque nós sempre chegaremos a um ponto de acomodação em que o Direito é respeitado, mas não cumprido. É mais ou menos aquilo que ocorria durante toda a época do colonialismo ibérico na América Latina, quando os senhores de terra, que sempre foram os grandes dominadores na América Latina, diziam que as ordenações d’*El Rei*, nosso senhor, devem ser veneradas, mas não cumpridas. Daí não havia ninguém que dissesse “Não! Isto aqui não se aplica. Vamos nos revoltar!”. Era simplesmente um ato de, como diz a crônica esportiva, que foi uma espécie de invenção do douto Pelé, “mata a bola no peito e baixa na terra”, ou seja, nunca há um confronto claro com o adversário.

Ora, por que razão nós chegamos a esse ponto em que a desigualdade é a marca registrada da nossa sociedade? Vou levantar aqui, como explicação, alguma coisa que me parece fundamental: é o fator oniexplicativo da nossa sociedade, ou seja, ele explica tudo. Novamente, poderia ser dito: “Como ele explica tudo, não explica nada”. Mas é uma hipótese digna de consideração: eu entendo que, se trata de uma doença, há fatores predisponentes e fatores desencadeantes. Há uma certa organização mórbida, que seria o “caldo de cultura” de todas as manifestações de crise. Esse caldo de cultura é o individualismo anárquico, peculiar aos povos ibéricos. O que eu quero dizer com isso? É o fato de que não existe, naturalmente, mesmo dentro dos grupos mais unidos, coesão social e consideração de que as pessoas não são importantes, o importante é o conjunto. No fundo

de cada brasileiro, de cada ibérico, se quiserem - isso herdamos dos nossos colonizadores -, existe esta convicção, de que nós somos “um”, indiscutivelmente um diferente dos demais, e que, portanto, não pode ser comparado e, se não pode ser comparado, não há como se pensar em igualar.

Fundamental para uma compreensão mais nítida do que aqui se afirma é a leitura e a releitura do livro capital de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Aqui, como em todas as outras matérias, a norma fundamental é “conhece-te a ti mesmo”. O brasileiro precisa se conhecer, se conhecer como povo; e, para isso, é preciso ir às grandes fontes de reconhecimento da brasilidade; uma delas é Sérgio Buarque de Holanda. Há certos marcos no reconhecimento da brasilidade que nunca serão apagados. Eu diria, de forma muito sintética, que há quatro grandes marcos desse tipo, e são todos deste século. Logo na abertura do século XX, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que foi um choque cultural extraordinário. Em segundo lugar, em 1933, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Em 1936, *Raízes do Brasil*. Em 1942, de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*. Aquele que tiver lido e meditado sobre essas grandes lições de brasilidade, terá, certamente, uma base muito mais sólida para viver e conviver no Brasil.

Pois bem, este fator predisponente da desigualdade, o individualismo anárquico, que Sérgio Buarque de Holanda chama de *personalismo* - eu prefiro não usar esta palavra, porque faz confusão com toda uma ideologia ou visão de mundo que não é individualista, o *personalismo cristão* -, em razão disto, para nós, brasileiros, nunca existiu aquilo que constitui um dos fundamentos do verdadeiro liberalismo. Como o liberalismo está na moda, é conveniente que nós reconheçamos que nunca fomos liberais, e nunca o seremos. Porque o liberalismo, como filosofia e visão de mundo, é fundado, basicamente, na igualdade. E esta igualdade é expressa, juridicamente, pela lei - a lei como norma geral e abstrata, que se aplica igualmente a todos. Essas foram noções de combate, a partir de fins do século XIX; noções de combate da burguesia, como classe montante, contra o predomínio aristocrático. Para a burguesia, era fundamental que se instituísse uma outra regra, um outro critério supremo que não fosse o bom nascimento, a boa estirpe. E esse critério supremo era o mérito: as pessoas concorrem igualmente, disputam igualmente, fundadas no mérito e, portanto, elas têm iguais chances, e a lei é igual para todos.

Nas Ordenações do Reino, que foram a grande organização jurídica, o grande estatuto de organização do Brasil, não só no período colonial, mas até o século XX - pois as Ordenações do Reino só foram formalmente revogadas com o advento do Código Civil, que é de 1918 -, havia direitos próprios, direitos e deveres próprios dos antigos estamentos,

ou seja, dos nobres, dos clérigos e dos burgueses. O “quarto mundo”, que seriam os plebeus, não contava - nem antes, nem depois. Cada um desses estamentos tinha direitos próprios. O direito de família deles era diferente; o direito político era diferente; o direito penal, sobretudo, era diferente.

É curioso notar - é apenas um parêntesis - que esta igualdade geral jurídica é profundamente marcada, sobretudo, pelo direito penal, e é por isso que lembrei este fato da prisão especial. Um outro fato: não sei se sabem, a introdução da guilhotina na França foi uma medida considerada de relevante alcance no sentido da igualdade, porque, até a Revolução Francesa, até as revoluções burguesas, as pessoas nasciam desiguais e eram condenadas a uma morte desigual. Só os nobres tinham direito a esse privilégio de ter a sua cabeça decepada. Os não nobres, os burgueses, eram enforcados, e os plebeus eram esquartejados. Então, o Dr. Guillotin resolveu introduzir essa medida de profilaxia igualitária: todo mundo condenado à morte deve comparecer ao suplício e tem que sair sem a cabeça.

O fato é que, para a tradição burguesa, que é a tradição liberal, do liberalismo autêntico - e não essa falsificação institucionalizada que anda por aí -, a lei é uma regra geral abstrata, que não faz acepção de pessoa, que põe todo mundo em pé de igualdade. E, para nós outros - e eu convidaria a uma espécie de exame de consciência -, esta noção sempre nos pareceu uma ficção. No fundo de cada um de nós existe a convicção de que toda lei é um arranjo cuja origem nós podemos não conhecer, mas que está sempre marcada por alguma tramóia, por algum favoritismo, por alguma desigualdade. Nós, no fundo de nós mesmos, não acreditamos nessa igualdade legal.

Daí porque nós nunca tivemos esse respeito pela lei; nós sempre achamos que as coisas se resolvem com “jeitinho”. E um “jeitinho” o que é? É justamente a convicção de que cada um de nós é uma individualidade própria e todos os problemas têm que ser adaptados a nós. Nós não devemos nos adaptar aos problemas e, sobretudo, nós não devemos nos submeter a uma regra geral. A regra geral existe lá em cima, como uma espécie de dogma, que nós veneramos, mas não aplicamos. Nós queremos um tratamento personalizado, individualizado. Por isto, o serviço público é, geralmente, um desastre. O verdadeiro serviço público é fundado justamente em regras impessoais, sem privilégios, e tudo é baseado no mérito. A começar pelo verdadeiro ingresso no serviço público, que é um concurso.

Ora, isso nunca existiu entre nós. As poucas tentativas para o estabelecimento de concurso, de regras gerais - que datam, para o grande serviço público federal, da década de

30, no Departamento Administrativo de Serviços Públicos, que é uma das grandes instituições da era getuliana -, está em vias de ser amplamente liquidado. A reforma administrativa, que está em tramitação no Congresso Nacional, vai praticamente liquidar com esta homogeneização dos servidores, com este tratamento impessoal. Enfim, nós voltamos ao que sempre fomos: cada um tem o seu jeitinho, cada um tem os seus pistolões, como se dizia antigamente, tem os seus apoios etc. Bom, então, este individualismo anárquico é, digamos assim, um fator predisponente para a manutenção da desigualdade em nossa sociedade mórbida.

Quais são, agora, os principais focos? Como é que a doença se manifesta? Não vou, evidentemente, dar toda a exposição patológica das doenças de desigualdade; vou me fixar apenas em duas que me parecem as principais. Reconheço que podem existir diagnósticos diversos e seria interessante uma discussão dos mesmos.

Vou começar, provocadoramente, pelo foco de desigualdade que me parece o principal, desde que nós somos Brasil: a desigualdade entre ricos e pobres. Para entender isso, é preciso remontar na corrente histórica. Portugal foi, curiosamente, o primeiro país ocidental a instaurar a ordem burguesa. O que significa ordem burguesa? É a abolição oficial - ou pelo menos oficiosa - dos estamentos tradicionais e seus privilégios de nobreza, clero, militares.

A Antropologia chegou à conclusão de que as sociedades indo-européias têm um modelo fundado em três raízes: elas são sempre organizadas no sentido de haver um estamento de guerreiros e nobres, um de clérigos e autoridades espirituais e o terceiro de trabalhadores. Isto prevaleceu até, digamos assim, as primeiras grandes revoluções burguesas do século XIX.

Mas Portugal foi uma exceção notável. Já no século XIV, quem analisa, ainda que em superfície, a sociedade portuguesa percebe que, com a chamada Revolução da Dinastia de Aviz, a burguesia suplantou a nobreza. E a burguesia chegou com os seus valores, com os seus costumes, com a sua visão de mundo; e essa visão de mundo tem um símbolo, que é o cifrão, ou seja, a burguesia é o dinheiro. O dinheiro é o “deus Mamon” para toda a classe ou, se quiserem, o estamento burguês. Tanto isso é verdade, que os historiadores portugueses assinalam o fato de que já no século seguinte, o século XV - final do século XV -, *El Rei* era o primeiro mercador do reino, quando nos outros países, em volta de Portugal, todo nobre que comerciava decaía da nobreza. Em Portugal, o principal nobre, ou seja, o nobre dos nobres, o *primus inter pares*, que era o rei, era o principal comerciante do reino.

Isto levou, certamente - penso eu -, à construção de uma sociedade em que o poder, o prestígio, o valor social estão indissolúvelmente ligados à propriedade, à riqueza, ao domínio econômico. Aliás, isto apareceu nitidamente, por exemplo, no século XVI - no final do século XVI -, n'*Os Lusíadas*. Camões tem alguns trechos saborosos sobre a influência do dinheiro, quando ele dizia: “Este (ou seja, o dinheiro) interpreta mais do que sutilmente as leis e mil vezes tiranos faz os reis”. Ele concluía essa estrofe dizendo assim: “E até mesmo àqueles que ao deus onipotente se dedicam (ou seja, os clérigos, os religiosos), mil vezes ouvireis que corrompe esse enganador e ilude, mas não sem coro, contudo, de virtude”. Ou seja, a aparência é de virtude, mas no fundo, o que está movendo todo o clero é o dinheiro. Eu não acredito que isto seja apenas uma espécie de irritação do poeta. Isto representava uma constatação, uma verificação histórica que me parece importante.

No Brasil, é preciso não esquecer que nós esboçamos a nossa organização social com um regime patrimonial. As capitanias hereditárias eram espécies de feudos, que eram concedidos pelo Rei, não a nobres, a pessoas consideradas valorosas, mas não necessariamente da aristocracia; já uma aristocracia muito combalida, naquela época. E, com base nisso, todo aquele que tinha a propriedade da terra, tinha poder político: ele podia até cunhar moeda, ele organizava as forças armadas - muito rudimentares, evidentemente, da época -, ele organizava o comércio, ele funcionava como juiz e executava sentenças. Tudo isso com base na propriedade da terra. O que é isso, se não o feudalismo? É claro que esse feudalismo, desde o início, foi sempre achamboado, como disse Euclides da Cunha, mas era a consagração de que, realmente, senhor e dono é o proprietário: nós devemos obediência a quem tem poder econômico.

Isto conduz, necessariamente, a uma situação - que vai se desenvolver no século seguinte - de um latifundiarismo político, que desembocou em todas essas manifestações - sobretudo da manifestação coronelista - da República Velha.

Com a introdução da industrialização, ligada à imigração, nós tivemos, não um enfraquecimento desse coronelismo, desse domínio fundiário, mas sim a sua transformação em algo urbano. As correntes imigratórias que vieram ao Brasil, sobretudo no final do século XIX, início do século XX, eram muito marcadas por esse domínio do dinheiro. Não houve manifestação alguma, salvo casos esporádicos, de transformação ou colonização política, ideológica ou religiosa: o fundo, mesmo, era o trabalho, é o trabalho rentável.

O contraste sempre foi este, ou seja, o outro lado, aquele que não tem dinheiro, aquele que não tem riqueza, aquele que não tem posse de bens, sobretudo - como nós

vamos ver daqui a pouco -, aquele que não tem escravo, não presta; ele é o lado negativo. Os pobres são sempre um peso. Naturalmente, nós achamos que o pobre não vale ou, pelo menos, que ele vale muito menos do que os ricos.

E esta situação - a indiferença pelo pobre, indiferença marcada, contínua, constante, teimosa - foi muito bem assinalada num outro livro - *O Povo Brasileiro* - de um contemporâneo nosso, Darcy Ribeiro, que nós tivemos a ventura de conhecer, de ouvir aquela sua prosa saborosa. Leiam *O Povo Brasileiro*, mas leiam, não com esse espírito crítico acadêmico, de verificar se tais dados são certos ou errados, mas com a capacidade de absorção de uma idéia fecunda. E justamente isto, assinalado por Darcy Ribeiro, me parece uma iluminação: a raiz explicativa da nossa evolução histórica está, sem dúvida, na desigualdade entre ricos e pobres - que é alguma coisa de fundamental.

É importante notar ainda que isto gera toda uma série de conseqüências: uma delas, a mais comum, é o preconceito. Mas um preconceito curioso, porque ele raramente é reconhecido. Se todos nós, no fundo de nós mesmos, reconhecemos que temos preconceito racial, mas jamais ousamos proclamar, são raríssimos os brasileiros que reconhecem que eles têm preconceito contra o pobre.

Existe outra coisa, ainda mais curiosa: o preconceito existe, muito forte, do pobre contra o pobre. O pobre não acredita no outro que é pobre. Acha que, justamente, ele é pobre porque merece ser pobre e que alguma coisa existe nele de errado e que, portanto, ele não tem que se solidarizar com o pobre, porque é como se apoiar num pau podre: cai a pessoa e quebra o pau podre. Ele não tem que se ligar com os outros, ele tem que tudo esperar do rico.

E a veneração que o pobre tem pelo rico - eu estou, certamente, exagerando, mas é no carregar das tintas que nós vemos alguma coisa de verdade - se manifesta de maneira marcante nos embates políticos: toda eleição é uma manifestação de confiança ou desconfiança popular. Ora, o pobre não confia no pobre. Em passado recente, o Partido dos Trabalhadores começou a sua atuação política com uma gafe fundamental: na primeira campanha do Lula ao governo do Estado, em 1982, o mote era “trabalhador vota em trabalhador” e o que estava entre parêntesis, que todo mundo sentiu, notoriamente o pobre, “pobre vota em pobre”. “Jamais! Eu vou votar nesse coitado?” E eles diziam, com aquela linguagem saborosa, que - e, se eu fosse o Darcy Ribeiro, eu diria sem peso, mas, como eu sou muito mais “amarrado” que Darcy, não posso dizer -: “Eu, que sou um m... qualquer, não vou votar num outro que é tão m... quanto eu”. O que se viu depois, em sucessivos lances, é a mesma coisa que um sociólogo estrangeiro - que não tivesse essa formação (ou

deformação) brasileira ou essa cegueira brasileira para ver, esse preconceito -, ficaria fascinado quando, por exemplo, uma das maiores fortunas do Brasil, Antônio Ermírio de Moraes, candidatou-se ao governo do Estado de São Paulo. Perdeu a disputa, mas perdeu, não porque fosse rico, ao contrário: segundo todos os observadores mais sérios, um dos fatores que lhe deu mais votos foi o fato de ele ser rico, porque, no fundo da alma do pobre, ele diz: “Bom, este deu certo na vida, portanto, este tem valor. Por que eu vou votar num desgraçado como eu, que está, como eu, enterrado na miséria? Vou votar nesse camarada, bem de vida”.

E mais: toda a nossa tradição é no sentido, não de exigências - e direito é uma exigência - toda a nossa tradição é no sentido de acomodação e de favores. “O patrão é bom porque ele me deixa ver a televisão com ele e, de vez em quando, no Natal, ele me dá um troquinho pra eu tomar umas pingas por aí”; “O patrão é ruim: ele me paga bem, mas, puxa vida, ele não fala comigo, não diz nem ‘bom dia’” etc.

Nós chegamos a esse caso paradigmático que ocorreu no primeiro semestre do corrente ano em Brasília, onde adolescentes da classe média queimaram vivo um índio pataxó. Não quero me alongar no comentário, mas acho que todos vocês, sem exceção, devem ter reparado num pormenor que é significativo, que foi uma manifestação espontânea de defesa dos jovens: “Eu não sabia que era índio: eu pensei que fosse um mendigo”. E isto é um outro contraste que eu queria trazer aqui à sua consideração: é o fato de que o índio, no Brasil, é muito considerado. Não agora, por causa do trabalho das ONGs e de todos esses antropólogos que vivem por lá etc., ele é tradicionalmente muito considerado.

Isso significa algo de muito sério: a principal desigualdade da sociedade brasileira, a principal fonte de preconceitos e de atritos e, certamente, o grande fator de atraso é inconsciente. A maioria esmagadora da população brasileira acha que não tem nenhum preconceito contra pobre; que o pobre é igual a todos, que não há nenhum problema etc. A tal ponto que isso transparece na legislação: no ano em curso, foi promulgada, depois de grande esforço, a lei que define o crime de tortura; vejamos o que ocorreu. Antigamente, a tortura era apenada, era punida, mas de forma indireta, ou seja, “lesões corporais”. Agora, ela é punida em si mesma. E um dos elementos definidores do crime de tortura - e todo crime precisa ser rigidamente definido, para evitar arbítrio de interpretação - um dos elementos é o seguinte: é constranger fisicamente alguém em razão de discriminação racial ou religiosa, ponto. No meu modesto entender, a principal discriminação que existe na

sociedade brasileira, que é a discriminação contra o pobre, não aparece no delito. Este é o primeiro grande foco de desigualdade.

O segundo grande foco de desigualdade também é muito forte, ainda que eu sustente que ele está abaixo da desigualdade entre ricos e pobres, é a desigualdade entre brancos e negros. A desigualdade entre brancos e negros pode ser aferida, de maneira indireta, se nós a compararmos com o relacionamento entre brancos e índios. Poderia ser dito: “O relacionamento entre brancos e índios é raríssimo; só em certas regiões do Brasil é que há um contato, que há uma convivência entre brancos e índios”. Mas não importa, a sociedade é feita também de simbolismos, ela é feita de valores que circulam independentemente do contato físico, do contato face a face, e este é um símbolo introjetado na nossa consciência, um símbolo positivo. O índio tem, realmente, para nós, um certo simbolismo. É curioso que, em 1755, um alvará d’*El Rei*, nosso senhor, proibia terminantemente aos nobres que se casassem com negros e judeus, mas elogiava os nobres que decidiam se casar com índios. É uma lei curiosa, porque ela tem duas partes, e uma parte da lei não é propriamente um comando, é uma espécie de elogio, que é esta.

Em todo trabalho de colonização religiosa no Brasil, o índio sempre foi preservado. Os jesuítas, que foram campeões na defesa do índio, não tinham, certamente, muita consideração para com a raça negra. Dizem os historiadores que nas grandes fazendas de jesuítas do começo do século XVIII - eles foram expulsos do Brasil logo no começo da segunda metade do século XVIII -, havia de dois mil a três mil negros escravos. Evidentemente, nós entramos aí no grande vírus que provocou essa moléstia da desigualdade social entre brancos e negros e que é, incontestavelmente, a escravidão.

A escravidão, no Brasil, teve uma peculiaridade em relação a outros países, e que foi o fato de ser uma escravidão universal. O negro escravo não era apenas o trabalhador; ele era também o companheiro de casa. A distinção entre escravos do eito - aqueles que trabalhavam na roça - e escravos de casa (escravos de fora e escravos de dentro) marcou profundamente a nossa psicologia. Nós que estamos numa civilização urbana, observamos isto, por exemplo, no tratamento que dispensamos ao empregado doméstico: há sempre uma espécie de travo, ou de fermentação que vem da escravidão, porque o escravo doméstico era tratado de maneira diferente. A promoção do escravo era sair da senzala e ir para a casa grande. Na casa grande, o escravo não era apenas o trabalhador - é evidente que ele fazia todo o serviço; os mais duros, os mais humildes -, mas ele era também o conselheiro, ele era também o primeiro iniciador nas práticas sexuais, ele era alguém que trazia uma contribuição cultural, por exemplo, na culinária; a culinária africana sempre foi

prezada no Brasil. Era alguém que trazia uma contribuição cultural no campo da música, das danças e que animava, evidentemente, as procissões. O Brasil, antes de ser o país do carnaval, foi o país das procissões.

Ora, este labelo, esta mancha da escravidão atingiu todo o trabalho físico. Até hoje nós temos que lutar contra esta consideração de que o trabalho manual, o trabalho físico é degradante. Quem de nós, ao ouvir do seu filho a escolha de um trabalho mecânico - “Eu quero ser torneiro mecânico” ou, então, “Eu quero ser eletricitista, mas não quero seguir a universidade” -, não tem uma espécie de arrepio, e diz “Não, meu filho, por favor, eu lhe dou o que você quiser, mas vá cursar a universidade. Você precisa de um diploma” etc.? Pelo menos para não ser colocado em prisão comum, mas em prisão especial...

Tudo isso marcou profundamente a sociedade brasileira. E todos os modernos, digamos assim, técnicos de desenvolvimento econômico percebem que isto é alguma coisa que é uma espécie de hipoteca, um lastro que nós temos, e nosso trabalho mecânico é considerado degradante. A tal ponto que os imigrantes, sobretudo os imigrantes do Oriente Médio, da baixa Itália, que vieram aqui e começaram a fazer as primeiras experiências de industrialização no Brasil, chocaram muito os brasileiros, os empregados brasileiros, porque eles punham a mão na massa, e eles saíam depois para o botequim, para tomar pinga com os empregados. E estes achavam isso um absurdo, pois não podiam admitir que o patrão fizesse o trabalho mecânico, o trabalho braçal...

Aliás, todos os viajantes estrangeiros do Brasil Colônia e do Brasil Império são unânimes em apontar esse “nojo” que o brasileiro sente pelo trabalho braçal, pelo trabalho mecânico. O viajante Luckoc conta um episódio curioso. Ele tinha perdido a chave de casa, não queria arrombar a porta e foi procurar um chaveiro e este lhe disse: “Pois não, o senhor aguarde que eu chegarei lá”. E, depois de duas horas, ele apareceu todo paramentado, bem vestido, com um bonito chapéu etc. e, junto dele, estava um negro escravo, que carregava utensílios levíssimos. Luckoc disse “Bom, deixa, eu posso levar isso”. “Não, não, de jeito nenhum. O senhor não mete a mão nisso. Esses instrumentos só o escravo pode carregar. Eu não posso carregar, porque isso não é do meu padrão”.

É curioso, também, que, entre muitas e múltiplas conseqüências que a escravidão criou no nosso meio, existe uma importante que é a idéia de que nos afirmarmos socialmente pelo fato de possuímos empregados. Na classe média baixa é muito comum. Uma família de classe média baixa que tem uma empregada doméstica destaca-se das demais. É como, para a classe média alta, comprar o primeiro carro. O sujeito não compra apenas um automóvel, ele compra uma posição social. Assim também, na classe média

baixa, quando o sujeito tem um empregado ou uma empregada, ele muda de *status*, ele já não é mais o pobre coitado.

No romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, todos devem se lembrar-se do reencontro do autor com o seu companheiro de folguedos infantis, que era um escravozinho, o Prudêncio. Como era natural na época, uma das brincadeiras era montar nas costas do pobre negrinho e dar-lhe uns cascudos, umas chicotadas. Brás Cubas saiu de casa, deu por paus e por pedras e, muitos anos depois, volta a se encontrar com o Prudêncio, que já não era mais escravo, era liberto. E ficou escandalizado quando viu o Prudêncio, que tinha um escravo ao lado e, para mostrar sua superioridade, deu umas chibatadas, jogou o sujeito por terra etc.

Ou seja, para nós, um fator de afirmação social é ter empregados. Note-se que isto, hoje, numa sociedade profundamente marcada pelo desemprego, não deve ser muito fácil. Mas, de qualquer maneira, se nós juntarmos o desprezo pelo trabalho físico, à afirmação social pelo fato de possuir empregado e acrescentarmos um terceiro fator, que é o preconceito contra o pobre, chegaremos ao contraste, que é o prestígio intelectual. A “doutorice” brasileira é conhecida... Eça de Queiroz muito se ria da nossa “doutorice”, que é de todos os dias... Quer dizer, um sujeito, como eu, vestido de paletó e gravata, já é “doutor”, não precisa fazer nenhum esforço. Chega para estacionar o carro e o guardador diz: “Deixa comigo, doutor”; o sujeito entra numa repartição e é “o doutor”.

Lembro um episódio terrível que me foi contado por um grande amigo, que trabalhava com meninos de rua. Ele sempre saía do escritório e ia para a Praça da Sé, para conversar com os meninos, tentar resolver os problemas deles. Um dia ele estava abaixado, conversando com um menino, quando viu os olhos de terror dele. Voltou-se e viu um policial militar com um cassetete tamanho-família, pronto para baixar na cabeça deles. Quando o policial viu que ele tinha paletó e gravata - não viu a gravata; ele só viu o paletó - ele parou e disse: “Desculpe, doutor, não foi com o senhor, não”.

Chegamos, então, ao final, e vou ser breve, mesmo porque tenho poucas idéias a esse respeito e queria, sobretudo, suscitar a reflexão sobre esses temas. Nós não podemos ficar no diagnóstico, nós temos que encontrar soluções. E essas soluções temos que encontrar naturalmente naquilo que constitui o universo da educação, em todas as instituições escolares, inclusive as universidades. Eu diria que toda esta política de luta contra a desigualdade, que é marcada justamente pela re-formação da sociedade brasileira, pode ser dividida em dois campos: a educação propriamente dita e o campo institucional. Uma das grandes falhas dos políticos, de modo geral, e das políticas de educação no país é,

a meu ver, o fato de não terem prestado atenção à importância das instituições. As instituições são também pedagógicas, como dizia Platão. São elas que nos ensinam, quando não seja pelo constrangimento que uma instituição em funcionamento acarreta para a nossa liberdade ou a nossa licença.

No campo das instituições, eu diria que o fundamental é tudo dirigirmos para a escola pública, que constrange as diferentes camadas a conviverem numa fase em que a pessoa humana se abre para o mundo. Mas isso não significa qualquer escola pública. Quando se fala em escola pública, pensamos em recriar uma situação de excelência que tende a se expandir. De todas as formas. Não só pelo apoio financeiro do Estado, mas também - e principalmente - pela organização do esquema institucional de docência. Também aí, não apenas sob o aspecto econômico, mas também - e sobretudo, penso eu - pelo aspecto de recuperação do prestígio social.

Sou de uma época - embora eu não seja um Matusalém - em que o professor de escola pública, o professor de ensino secundário era uma autoridade, ele tinha orgulho de se chamar “Professor”. Eu dizia: “O senhor Fulano de Tal?” e ele dizia: “Não, senhor: Professor Fulano de Tal”. Ele insistia nisso e tinha uma satisfação maior do que ganhar muito: era ser bem considerado na sociedade. Hoje, no entanto, devido à extensão da desigualdade social, eu diria que a escola pública, mesmo sendo considerada como deve ser, não pode trabalhar sem um apoio, e este apoio, a meu ver, pode ser, como tem sido discutido longamente, por exemplo, o chamado imposto de renda negativo. Ou seja, o pagamento, pelo Estado, de uma prestação mínima mensal a famílias de renda muito baixa deve ser, necessariamente, ligado à educação; paga-se quando as crianças freqüentam a escola pública. De alguma forma, é preciso fazer essa ligação.

Terminado o primeiro grau, é indispensável instituir uma generalização de bolsas de estudo, mesmo na escola pública. Por quê? Porque é justamente o momento em que se dá aquilo que um velho professor de Direito da minha época, o Prof. Cesarino Júnior, chamava de “hiato nocivo”: é quando a criança deixa o primeiro grau - o ginásio do meu tempo -, é obrigada a trabalhar e não tem como freqüentar o curso que a levaria à Universidade ou fazer um supletivo. É preciso que, mesmo na escola pública, a partir de um certo nível, se generalize o pagamento de bolsa de estudos aos estudantes de modo geral.

Além disso, no campo dos programas educacionais, em nossa Cátedra UNESCO/USP, precisamos pensar seriamente numa outra metodologia de ensino, em matéria de Direitos Humanos e, especialmente, em matéria de igualdade. Temos que

repensar esta idéia - que parece hoje dominante - de que os Direitos Humanos são matérias transversais, que elas não devem se localizar numa disciplina separada das outras... Isto é verdade, mas até que ponto nós não devemos privilegiar um determinado princípio, um determinado setor dos Direitos Humanos? Nós não podemos trabalhar sobre todos eles de maneira indiferente e o setor que deve ser, a meu ver, escolhido é aquele que corresponde à grande doença brasileira que, como lhes disse, é a desigualdade entranhada há séculos na nossa sociedade e que marca a nossa mentalidade, que marca todas as nossas reações mais naturais, que são as reações espontâneas, não reflexivas.

Tudo isto, parece-me, deveria ser considerado no sentido de centralizar os programas de educação para os Direitos Humanos na questão da desigualdade tradicional que está na origem da má formação da sociedade brasileira. A maneira de fazer isto, evidentemente, deve ser pensada pelos profissionais da educação. Eu, infelizmente, não tenho condições para tanto. Entre as minhas carências, essa é, sem dúvida, uma das mais graves. Mas, de qualquer forma, a minha proposta é para que não se lance um programa de educação em Direitos Humanos de modo geral, indiscriminado, com todo o universo das liberdades e direitos humanos, mas que se privilegie uma determinada linha de atuação, para bater de frente com aquilo que constitui a grande fraqueza, a grande doença da sociedade brasileira. Essa doença é, sem dúvida, a desigualdade.